

16 DE JULHO (TERÇA-FEIRA), PARTICIPE DA **ASSEMBLEIA**

Vamos deliberar sobre nova pauta de ACT proposta pela empresa

Horário: 1ª chamada às 17 horas | 2ª chamada às 17h30

Local: sede e subsede do Sindipetro-LP

No próximo dia **16 de julho** (terça-feira) a sede e subsede do Sindipetro-LP recebe os petroleiros da ativa, aposentados e pensionistas para mais uma vez decidir os rumos do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2019. Após duas semanas de reuniões com os dirigentes sindicais, que neste ano acontece em mesa única com as duas federações, FUP e FNP, a Petrobrás continua tensionando as negociações, sendo irreduzível na retirada de direitos e garantias de trabalho aos próprios e terceirizados do sistema Petrobrás.

Com o endurecimento nas negociações, que irá reduzir consideravelmente o poder econômico dos petroleiros da ativa, o que o ACT 2019 reserva aos aposentados e pensionistas será ainda mais grave.

Não bastassem os muitos anos de defasagem salarial, com reajuste nos últimos anos sendo feitos somente pela inflação, neste ano, a Petrobrás propôs reajuste de apenas 1% nos salários e tabelas da categoria, seguindo uma tendência nas negociações salariais na gestão do governo Bolsonaro, em que 55,7% das negociações salariais ficaram abaixo da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – o acumulado até junho de 2019 foi de 4,78% pelo mesmo índice.

A categoria enfrenta ainda o desmonte completo da AMS, através da resolução 23, e da Petros, por meio do criminoso equacionamento proposto pela direção do fundo. Segundo a



Petrobrás, as cláusulas da Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS) seguirão as orientações da resolução 23. Com isso, a empresa se prepara para exigir a paridade no custeio da AMS na proporção 50/50 (hoje está em 70/30, sendo a maior parte custeada pela empresa), que só será definida após a aprovação do ACT 2019.

Para a ativa, a pauta apresentada pela Petrobrás pavimenta a entrega da empresa para a privatização. De acordo com o documento apresentado, a partir de setembro não haverá horas extras a 100% (exceto feriados e fins de semana, como está na CLT), os programas educacionais serão extintos e a paridade no convênio médico, exigida pela resolução 23, irá diminuir ainda mais os direitos do trabalhador petroleiro.

Por tudo isso, a presença maciça dos aposentados e pensionistas na assembleia é mais do que esperada, é dever de todos participarem da assembleia para dizer um sonoro NÃO à pauta apresentada pela Petrobrás e demonstrar disposição de luta contra o desmonte da maior empresa do país!

Rememorando o déficit do Plano Petros

Por Fernando Siqueira – Conselheiro Fiscal Eleito e Paulo Teixeira Brandão – Conselheiro Fiscal eleito

A AEPET – BA está promovendo um seminário sobre Petros, no mês de julho, e me convidou para falar sobre as causas do déficit de 27 bilhões do Plano Petros do Sistema Petrobrás - PPSP que gerou um plano de equacionamento equivocado.

Além das causas conjunturais acarretando desvalorização das aplicações, entre outras, uma das causas foi a queda dos juros nos anos de 2012 e 2013, que obrigou os dirigentes a sair da zona de conforto que era aplicação em títulos do Governo, os quais permitiam cumprir a meta atuarial de IPCA mais 6% ao ano, prevista em Lei. Em dezembro de 2012, a taxa da NTN-B caiu de 6,73% ao ano para 3,99% ao ano. Com a queda dos juros, os títulos não mais permitiam cumprir esta meta. Os dirigentes foram então forçados a migrar para a Renda Variável.

Uma das modalidades eram os FIPs, Fundos de Investimentos em Participações. Ocorre que o pessoal não estava devidamente preparado para esse segmento e várias irregularidades ocorreram. Os conselheiros eleitos conseguiram que fosse feita uma auditoria nesses investimentos e a Ernest & Young constatou

que houve uma série de erros cometidos neles, gerando um prejuízo de cerca de R\$ 1,7 bilhão. O Conselho Fiscal encaminhou esse relatório para a PREVIC e também para o Ministério Público, inclusive indicando nomes dos prováveis responsáveis, para as devidas investigações e responsabilização.

Outras causas foram estruturais, que embora o Conselho Fiscal viesse rejeitando as contas e alertando a direção da Petros sobre as irregularidades como a apuração da “Família Real”, desde 2003, não vinham sendo corrigidas.

Déficit de 2013

Em dezembro de 2012, havia um superávit de 3,006 bilhões, mas em 2013, houve uma série de fatores que geraram um déficit de 2,42 bilhões. Vejamos os principais:

- 1) Títulos Públicos do Governo – por serem marcados a mercado (vendáveis no), eles sofrem as consequências da variação dos juros estabelecidos pelo Banco Central e, mesmo não sendo vendidos, a sua valorização ou desvalorização patrimonial tem que ser contabilizada e a perda foi de R\$ 3,356 bilhões;
- 2) alteração da tábua de mortalidade: nós estamos vivendo mais, o que é muito bom, mas isto encarece o plano, que tem que pagar benefício por mais tempo. Logo, é revista a tábua de “sobrevivência” e a perda

foi de 1,054 bilhão;
- 3) Inflação – esse é um crescimento vegetativo quando o plano está deficitário: ao corrigir os compromissos a serem pagos (Reserva Matemática) há um aumento impactando o déficit através atualização monetária incidente sobre os compromissos futuros – valor: 5,2 bilhões. Como houve alguns ganhos com investimentos, o déficit final de 2013 foi de 2,42 bilhões.

O Déficit de 2014

Em 2014, que trouxe o déficit de 2013, de 2,420 bilhões, teve um resultado líquido dos investimentos de 2,306 bilhões, positivos, mesmo tendo perdido R\$ 907 milhões com as ações da Vale e R\$ 489 milhões com a Itaúsa, neste caso específico, foi o primeiro e único impacto negativo deste ativo desde a sua compra em 2010. Ocorre que atualização monetária (inflação) foi de 6,182 bilhões. Assim, o déficit de 2014, somado ao de 2013, subiu para 6,191 bilhões.

O Déficit de 2015

O déficit de 2015 foi de R\$ 16,416 bilhões. As principais causas:

- 1) Alteração da premissa da composição familiar – os conselheiros eleitos alertavam que a composição familiar vinha sendo alterada em face de novas condições: novos casamentos, esposas mais jovens, novos filhos. Era um ponto de rejeição das con-

tas. Em 2015, finalmente, a Petros resolveu analisar essa questão e constatou que a família real era realmente muito maior do que a família padrão prevista pelo atuário desde o início do plano. O impacto sobre o plano em relação a este item foi de R\$ 5,2 bilhões. Em 2018, o Conselho Fiscal foi atendido nessa parte e conseguiu que a Petros fizesse uma checagem desse valor através do recadastramento, o que foi feito, gerando uma diferença de R\$ 156 milhões, que está sendo corrigida e foi eliminado um ponto de rejeição das contas;

- 2) Retirada do Teto Operacional de 90%. A Petros vinha aplicando erradamente o teto de 90% na concessão de aposentadoria, que contrariava o Regulamento do Plano. Várias ações foram impetradas na justiça e os conselheiros alertavam a direção da Petros. Resolveram levantar o assunto em 2015 e o déficit gerado foi de R\$ 3,404 bilhões;

- 3) Os ganhos reais dados aos empregados das patrocinadoras através de Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs) denominados “acordo de níveis” – depois de várias ações ganhas pelos assistidos indo buscar as diferenças não contempladas de direito na Justiça, a Petros resolveu fazer acordo nos autos com os que não entraram com ações e concedido os reajustes administrativamente, por decisão do Conselho Deliberativo, aos

que não demandaram juridicamente ou não ganharam na justiça e, com isso, cansando impacto atuarial no passivo do Plano de R\$ 1,320 bilhão que deveria ser imputado às patrocinadoras em função do inciso IX do artigo 48 do Regulamento do Plano.

4). A inflação de 2015 foi da ordem de 10,7%, o que resultou num acréscimo de R\$ 6,8 bilhões no cálculo do déficit;

Assim, o déficit de 2015 chegou a R\$ 16,416 bilhões, que somados ao déficit de 2014, atingiu o montante de R\$ 22,609 bilhões. As sucessivas direções da Petros falharam ao deixar acumular os déficits estruturais até 2015. Se tivessem levado em conta as advertências dos conselheiros, esse déficit poderia ter sido amortizado quando o Plano registrou superávits. Porém, deixaram para 2015, ano em que a conjuntura econômica do País era a mais desfavorável, acarretando rentabilidades negativas.

5) Cobrança fora de época. Visando forçar a cisão de planos (PPSP-R e NR), o presidente da Petros adiou a cobrança de 2016, para 2017, o que resultou na necessidade da inclusão de uma correção pela meta atuarial da avaliação atuarial apurada em 2015, gerando uma reavaliação atuarial, que resultou no incremento de mais de R\$ 5 bilhões no déficit;

Ao rejeitar as contas por 16 anos os conselheiros fizeram aquilo que a legislação lhes permitia, apontando os erros e rejeitando as contas e a gestão pelo não atendimento de suas recomendações. Em 2018, o Conselho Fiscal, com a participação fundamental do



Conselheiro Paulo Brandão e também da dupla de conselheiros eleitos Vânia Mattos e João Cardoso (além de certa ajuda dos indicados), o Conselho Fiscal conseguiu que a Petros eliminasse três pontos causadores de rejeições anteriores das contas, a saber: 1) Revisão do Passivo atuarial (ainda faltam dois itens a serem analisados, que estão sendo cobrados de auditora independente que fez a análise); 2) o cadastramento para consolidar a base de dados e validar o cálculo da família real; 3) o estancamento da sangria no PGA - Fundo Administrativo que vinha sendo corroído pelas despesas maiores que a receita.

Os conselheiros eleitos também vêm cobrando das diversas Diretorias da Petros ações de cobrança das dívidas das patrocinadoras, principalmen-

te, da Petrobrás, tendo sido inclusive impetradas ações de obrigação de fazer para cobrança de vários tipos de dívidas das patrocinadoras por Associações e por Sindicatos. A propósito, o Conselho Fiscal inseriu uma recomendação no seu relatório anual para que a Petrobrás garanta o seu compromisso com os pré-70, a ser inclusive corrigido o valor expresso, porque alguém do necessário, visto que no Termo de Compromisso Financeiro, correspondente, existe a garantia somente até 2028.

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais, visto que este é apenas um resumo das causas dos déficits do PPSP correspondente aos anos de 2013, 2014 e 2015. Um resumo das dívidas da Petrobrás é: R\$ 14 bilhões constantes da ação em curso na 18ª Vara Cível do

TJRJ (valor a ser auditado), derivado do valor inicial correspondente a metade do valor periciado de cerca de R\$ 4 bilhões que corrigido até 2018 chega da R\$ 14 Bilhões. Falta ainda a decisão do mérito da ação para o restante da outra metade dívida periciada. Além deste saldo na ação civil pública mencionada existem outras dívidas correspondentes: 1- Ao impacto no passivo devido às ações judiciais transitadas em julgado e executadas correspondentes ao período de 2004 a 2018, a diferença do registrado no TCF do grupo Pré-70; R\$ 1,1 bilhão do pessoal 78/79 (antecipação em dois anos da aposentadoria dos repactuados); R\$ 2 bilhões devido ao impacto atuarial dos PCAC e RMNR.

Fonte: Blog dos Conselheiros Eleitos da Petros

CHAPA DA UNIDADE EM DEFESA DA PETROS

CANDIDATOS

CONSELHO FISCAL



Claudio da Costa Oliveira
TITULAR



Agnelson Camilo da Silva
SUPLENTE

CANDIDATOS

CONSELHO DELIBERATIVO



Fernando Leite Siqueira
TITULAR



André Luis Araújo Santana
SUPLENTE



Norton Cardoso Almeida
TITULAR



Helio Ricardo Liborio
SUPLENTE

Entidades que apoiam:

FNP, FUP, FENASPE e FNTTAA



Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) aposta em chapa unitária na eleição da Petros

A FNP, a FUP, a FENASPE e a FNTTAA lançam a chapa Unidade em Defesa da Petros para disputar vagas nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade.

Este ano, os participantes e assistidos irão eleger duas duplas de titular e suplente para o Conselho Deliberativo, sendo que uma delas tem que ser formada exclusivamente por aposentado.

No Conselho Fiscal, será eleita uma única dupla de titular e suplente, formada por aposentados.

As eleições serão realizadas entre os dias 02 e 16

setembro.

Conheça as duplas indicadas pela chapa Unidade em Defesa da Petros:

Para as vagas dos aposentados e pensionistas, as entidades indicam Fernando Siqueira (FENASPE/AEPET) como titular e Helio Liborio (FUP/Sindipetro-RS) como suplente.

A outra dupla apoiada pela FNP/FUP/FENASPE /FNTTAA que disputa o Conselho Deliberativo da Petros é formada por Norton Cardoso (FUP/Sindipetro-NF) como titular e André Luis Araújo Santana (FUP/Sindipetro-

-BA) como suplente.

Para o Conselho Fiscal, duas duplas se inscreveram, uma delas da chapa Unidade em Defesa da Petros, formada por Claudio da Costa Oliveira (FENASPE/AEPET) como titular e Agnelson Camillo (FNP/Sindipetro-AM/PA) na vaga de suplente.

A divulgação final dos nomes dos candidatos que disputam a eleição será feita pela Petros entre 15 e 19 de julho. Fique atento!

(Com informações: FUP)
Fonte: FNP

Sindipetro-LP oferece aulas de teatro e violão

O Sindipetro-LP inicia em julho aulas de violão para iniciantes e curso de teatro, gratuitos para sócios e seus dependentes, na sede do sindicato em Santos. Os interessados devem se inscrever na recepção do sindicato, presencialmente ou pelo telefone (13) 3202-11000, de segunda a quinta, das 8h às 12 e das 14 às 18h, e sextas, das 8h às 12 e das 13h às 17h. As turmas serão limitadas com trinta alunos cada.

Curso de violão para iniciantes

O curso de violão propõe o aprendizado musical em grupo, dando toda a base da iniciação ao instrumento. É necessário que o aluno ou aluna traga seu próprio violão.

Serão duas turmas: infantil, voltado para alunos com idade mínima a partir dos sete anos, com aulas às segundas-feiras, das 18h às 19h; e para adultos, também as segundas, das 19h30 às 20h30.

Curso de teatro

O curso de teatro do Sindipetro-LP trabalhará as técnicas teatrais da interpretação cênica, respiração, trabalhos com texto, desenvolvimento corporal, construção de personagem, estudos históricos dos temas abordados, com o intuito de realização de espetáculos e performance. As aulas acontecem às quintas-feiras das 19h às 21h.

Participe! Faça já sua inscrição!